3 — Na apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade foi deliberado por unanimidade conferir um voto de louvor aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, pelo exemplar desempenho nas distintas respectivas funções.

E nada mais havendo a tratar foi a sessão interrompida para ser lavrada a presente acta, depois do que, reaberta, se procedeu à sua leitura, aprovação e assinatura pelos membros da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Maria Manuela Granja Viegas Correia*, presidente — *Teresa Alexandra Viegas Correia*, secretária.
2611008885

CREDIFLASH — SFAC, S. A.

Relatório n.º 11-G/2007

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 11 616/Oeiras; identificação de pessoa colectiva n.º 502608684; número e data da apresentação: 5491/14 de Dezembro de 2005.

Maria de Fátima Gomes Ferreira Marques da Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Cascais:

Certifico que foram depositados os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2004, em relação à sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 25 de Janeiro de 2006. — A Escriturária Superior, *Maria de Fátima Gomes Ferreira Marques da Silva*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa Silveira.
Secretária: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Jorge Alberto Carvalho Martins.
Vice-presidentes:

Jean Luc Louis Marie Guinoiseau.
João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto.

Vogais:

Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues (presidente da comissão executiva).
Maria Cristina Santos Patrício Palma Sequeira Paula de Carvalho (executivo).
Tiago Prata Cerqueira Sopas (executivo).
Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira.
Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão.
Luís Filipe Sampaio Cervantes.

Fiscal único efectivo: Rui Ascenção & Esteves Afonso — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Esteves Afonso, revisor oficial de contas.
Fiscal único suplente: Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados — Sociedade de Revisores Oficais de Contas, representada por José Maria Ribeiro da Cunha.

Quadros directivos

Direcção Administrativa e Financeira:

Directora: Ana Paula Saraiva Marcelo Grave Rodrigues.

Direcção Operativa de Meios Electrónicos de Pagamento:

Director: Nuno Filipe Santos de Sampaio Nunes.

Direcção de Comunicação:

Director: Carlos José Matias Gonçalves Santos.

Direcção de Organização e Qualidade:

Directora: Célia Maria Magalhães Teixeira Pinto.

Direcção de Sistemas de Informação:

Director: Paulo Alexandre Marcos Camilo.

Gabinete de Risco de Crédito:

Directora: Teresa Godinho Oliveira Vieira de Campos.

Relatório do conselho de administração

A Crediflash e o Grupo Banco Espírito Santo

A Crediflash é a empresa do Grupo Banco Espírito Santo responsável pela organização e gestão dos cartões dos Bancos Espírito Santo, Banco Internacional de Crédito, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST.

A sua missão é garantir a excelência dos serviços oferecidos através da aplicação de soluções seguras e inovadoras intensificando, personalizando e ajustando a oferta aos interesses e necessidades dos seus clientes.

A sua actividade consiste no desenvolvimento e gestão dos cartões financeiros. Como tal, a empresa gere presentemente um portfólio de cartões de marca VISA, nomeadamente as gamas Platinum, Gold, Classic, Business e Electron.

Enquadramento da actividade

Conforme informações da SIBS, o número de caixas automáticos, em 2004, era de 10 085, o que traduz um crescimento anual de 6%.

O número de terminais de pagamento automático (TPAs) teve um crescimento anual de 8,8%, estando disponíveis e em funcionamento 136 501 terminais, no final de 2004.

O número de cartões bancários de débito e crédito em circulação manteve-se constante face ao ano transacto com aproximadamente 14,7 milhões de unidades. Este valor corresponde a 4 142 000 cartões de crédito e o restante de cartões de débito.

Em termos de utilização dos cartões em caixas automáticos ocorreu um crescimento anual de 8,2%, ou seja, cerca de 684 milhões de operações. Relativamente ao valor transaccionado neste canal, o crescimento anual foi de 7,5%, totalizando 29 921 milhões de euros.

Nos terminais de pagamento automático ocorreram 458 milhões de transacções, mais 10,6% que em 2003, com um valor total de 19 589 milhões de euros, correspondente a um crescimento anual de 10%.

A actividade desenvolvida em 2004

Prioritariamente e para a área dos cartões de crédito do Grupo Banco Espírito Santo foram estabelecidos os seguintes objectivos para 2004:

Incentivar a utilização dos cartões de crédito do BES, BIC e BES dos Açores, através da realização de diversas campanhas de incentivo à facturação;

Incentivar a utilização das compras especiais, que são um conceito inovador no mercado e uma forma de incentivar o recurso ao crédito, sem pôr em causa a actual margem financeira da operação;

Implementar acções de parceria com outras entidades disponibilizando ofertas de produtos não financeiros, através da facilidade das compras especiais e sem custos de *marketing* para a Crediflash.

Aumentar o parque de cartões activo mantendo os níveis de risco controlados;

Lançamento do cartão BIC Platinum no final do ano.

Indicadores de actividade

O ano de 2004, no seguimento dos anos anteriores, consubstanciou-se na consolidação das relações entre a empresa e os diferentes canais, nomeadamente redes comerciais e canais directos, do BES, BIC, Banco Espírito Santo dos Açores e do BEST, contribuindo, mais uma vez, para o bom desempenho da Crediflash.

Foi num contexto de diversificação de funcionalidades na utilização do crédito e nas campanhas de incentivo à utilização do cartão e do recurso ao crédito, em paralelo com a política de redução dos custos, que a empresa, conforme demonstram os indicadores de actividade abaixo mencionados, confirmou a boa *performance* desempenhada ao longo do ano.

(Em milhares de euros)

	2004	2003	2002	Variação 2004-2003 Absoluta	Variação 2004-2003 Relativa (percentagem)
Crédito concedido	692 877	632 020	605 481	60 857	10
Crédito sobre clientes (líquido)	127 712	121 379	6 333	5	
Produto bancário (líquido)	37 111	38 454	34 611	— 1 343	— 3
Número de empregados	75	74	72	1	1

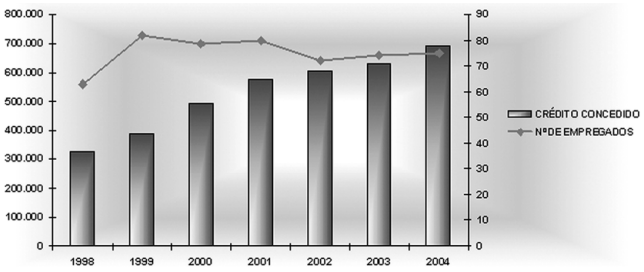
A actividade creditícia materializou-se num aumento de 10% no crédito concedido a clientes, suportado por um acréscimo de 4% no número de cartões de crédito activos.

O dinamismo demonstrado na actividade creditícia, fundamental para o desenvolvimento da empresa, decorreu das orientações estratégicas traduzidas na política de *marketing*, que se tem consubstanciado na penetração e desenvolvimento no mercado dos particulares, o qual representa cerca de 80% do total de crédito concedido, contra 20% no segmento de empresas.

Em paralelo com o crescimento do crédito concedido, registou-se uma melhoria na qualidade de captação da clientela e no ciclo relacional do cliente, que conjugado com a eficácia na gestão do risco de crédito e com o factor recuperação, contribuiu para um decréscimo de 50 p.b. na taxa de sinistralidade.

O crédito vencido encontra-se coberto adequadamente com provisões sobre o crédito, tendo-se atingido um *ratio* de cobertura de 120%.

A empresa, a par da expansão da actividade, continuou a melhorar a sua eficácia operativa tendo a produtividade apresentado um crescimento, face ao exercício de 2003, de 8% no crédito concedido por empregado.



Recursos humanos e organização

A Crediflash, no ano de 2004, no sentido de responder aos novos desafios propostos a curto e médio prazo, na área do negócio dos meios de pagamento electrónico, promoveu o arranque para a implementação de novos clientes alvo com a colocação de recursos dentro de uma filosofia de aproveitamento de sinergias do Grupo. Concomitantemente, reorganizando, com o reforço da estrutura da administração executiva, bem assim, o lançamento de alicerces para a criação da estrutura virada para o *marketing* e *business developement*, por um lado e, por outro, considerando os imperativos de segurança impostos pela VISA Internacional, com o lançamento dos cartões com chip, motivaram que, internamente fosse equacionada a continuidade *in house* da produção de cartões.

Considerando a estrutura de custos que a introdução da tecnologia EMV obrigava e, as vantagens objectivas decorrentes da mesma, optou-se pela aplicação da política de *outsourcing*, com a finalidade directa de aproveitamento do *know-how* da SIBS, conquistado por esta ao longo de toda a sua existência.

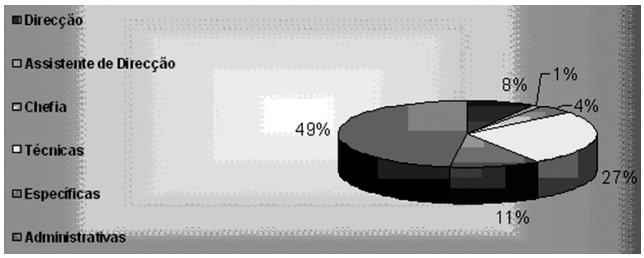
Com a descontinuação do sector de produção, a estrutura de pessoal da empresa foi reajustada, nomeadamente quanto aos colaboradores a ela afecta, com o seu reenquadramento na Direcção Operativa de Meios Electrónicos de Pagamento, no sentido de ajustar as competências funcionais apostando na rotatividade em paralelo com as oportunidades de desenvolvimento profissional da equipa.

O número de colaboradores praticamente manteve-se face ao período homólogo, sendo que em 31 de Dezembro de 2004, era de 75, distribuídos entre 54% do sexo masculino e 46% do sexo feminino, com uma média etária de 34 anos.

Em relação à produtividade, em 2004, o resultado líquido por trabalhador foi de 126 milhares de euros, demonstrando um crescimento em relação a 2003 de 26%, reflexo da conjugação entre o melhor aproveitamento do *know-how* interno e da política de racionalização de custos do Grupo.

A formação — interna e externa — continuou a merecer especial atenção, tendo os colaboradores participado em diversas reuniões, seminários e conferências promovidas pela VISA Internacional, e por outras organizações especializadas nesta área de negócio, na qual os representantes da Crediflash têm vindo a desempenhar um papel activo.

Distribuição por funções em 2004



Recursos financeiros

A instabilidade e o clima de desconfiança dos agentes económicos face à conjuntura internacional e à actividade económica nacional que se fez sentir ao longo do ano, e a manutenção das taxas de juro na zona euro a níveis baixos, marcaram a conjuntura macroeconómica em 2003.

Foi neste contexto que o crescimento da actividade continuou a ser acompanhado por uma política de recursos financeiros adaptada às operações activas, com a preocupação de cobrir os riscos inerentes à actividade e de procurar obter um *funding* competitivo e adequado ao equilíbrio da sua estrutura financeira, tendo como preocupação fundamental, estabilizar o *funding* de forma a proteger as demonstrações financeiras de variações exógenas.

Em consequência destas diligências, a política de financiamentos continuou a privilegiar os empréstimos a taxa fixa e a utilização de instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro, com o objectivo de cobrir o *revolving*, por forma, a converter aquela fatia do passivo, de carácter permanente, a taxa fixa, equilibrando assim, as operações activas com as operações passivas.

O comportamento das taxas de *funding* ao longo do ano tiveram sempre uma diferença favorável face ao comportamento do período homólogo, tendo-se verificado em termos médios uma taxa de *funding* global abaixo da verificada em 2003 em cerca de 40 p.b., acompanhada de uma diminuição dos *spreads* médios em 12 p.b. resultante das negociações levadas a cabo durante o ano de 2004.

Situação económico-financeira

Principais indicadores

	2004	2003	2002	Variação 2004-2003 Absoluta	Variação 2004-2003 Relativa (percentagem)
Activo líquido	139 560	132 166	124 639	7 394	6
Situação líquida	22 329	19 650	15 738	2 679	14

(Em milhares de euros)

	2004	2003	2002	Variação 2004-2003 Absoluta	Variação 2004-2003 Relativa (percentagem)
Resultados líquidos	9 459	7 538	4 032	1 921	25
Fundos próprios	11 913	11 001	11 020	912	8
ROE (percentagem)	42,4	38,4	25,6	–	4
ROA (percentagem)	6,8	5,7	3,2	–	1

A Crediflash encerrou o seu balanço de 2004 com um crescimento do activo líquido de 6% relativamente ao final de 2003. Esta evolução resultou do comportamento positivo do crédito sobre clientes, que no final do ano ultrapassou os 6333 milhares de euros, ou seja, mais 5% que no ano transacto.

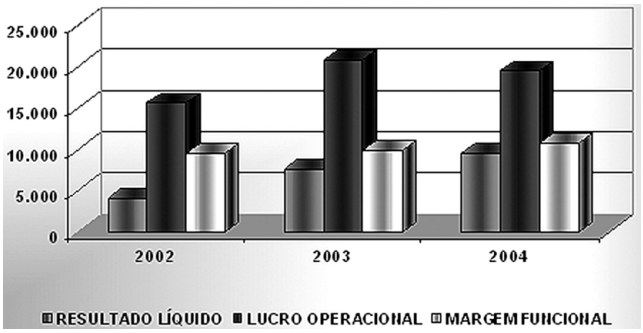
A situação líquida ascendeu a 22 329 milhares de euros, em termos relativos representa 16% no activo total líquido.

O aumento de 14% face a 2003 deveu-se ao aumento dos resultados.

O resultado líquido de 9459 milhares de euros excedeu em 25% os resultados obtidos em 2003, representando uma rendibilidade do activo líquido total de 6,8% e 42,4% dos capitais próprios, tendo a empresa apurado uma margem funcional de 10 785 milhares de euros e um lucro operacional de 19 483 milhares de euros.

Resultado de exploração

Milhares de euros



Exploração

	2004	2003	Taxa de variação homóloga (percentagem)
Resultado financeiro	10 711	9 283	15
Comissionamento	20 175	24 246	— 17
Outros proveitos de exploração	6 225	4 932	26
Produto bancário líquido	37 111	38 462	— 4
Custos com o pessoal	2 473	2 227	11
Custos administrativos	2 532	2 701	— 6
Custos operativos	13 406	13 576	— 1
Outros custos	675	1 154	— 42
Cash-flow de exploração	18 025	18 805	— 4
Resultados extraordinários	400	— 51	–
Cash-flow	18 424	18 753	— 2
Amortizações	1 366	1 310	4
Provisões	3 592	4 689	— 23
Impostos sobre os lucros	4 007	5 216	— 23
Resultado líquido	9 459	7 538	25
Cost-to-income (percentagem)	35,2	35,3	— 0,1

Ao nível dos custos, salienta-se:

A diminuição dos encargos financeiros face ao exercício de 2003 em 10%, resultante do efeito conjugado da descida da taxa de *funding* médio e da redução dos *spreads* médios;

A diminuição dos custos operativos face ao exercício de 2003 em 3%, resultante da contínua politica de racionalização implementada em 2002 no GBES, bem como da diminuição dos impostos em consequência da existência de *pro-rata*;

A diminuição das provisões líquidas de reposições sobre o crédito, resultante da diminuição do crédito vencido em consequência da boa *performance* de recuperação, tendo o exercício encerrado com uma taxa de sinistralidade de 2,7%, inferior em 50 p.b. em relação ao exercício de 2003.

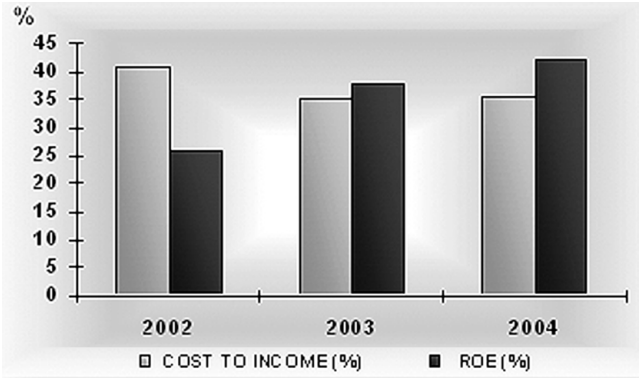
Ao nível dos proveitos, destacam-se:

O crescimento dos juros do crédito concedido em 8%, que conjugada com a diminuição dos encargos financeiros, contribuiu para um crescimento do resultado financeiro em cerca de 15%;

O crescimento das diferentes comissões, expurgada do efeito das anuidades, geradas pelo negócio em cerca de 6%, resultou do aumento da actividade;

O efeito das anuidades, contribuiu para a diminuição da totalidade do comissionamento em 17% e para a respectiva diminuição do produto bancário líquido em 4% face ao período homólogo, consequência da alteração no relacionamento com os bancos emissores do GBES no que se refere à gestão dos cartões de débito.

Desta forma, conclui-se que a manutenção do *ratio cost-to-income* face ao período homólogo ficou a dever-se ao comportamento das variáveis do lado dos custos e, quando comparado com a rendibilidade dos capitais próprios, mantém a tendência de 2003.



Perspectivas para 2005

Em consonância com as grandes orientações estratégicas definidas para o Grupo BES, a Crediflash tem quatro grandes desafios para o ano de 2005:

Aumento da penetração nos clientes dos bancos emissores do GBES;

Aumento da utilização do crédito *revolving*;

Dinamização da emissão de cartões de crédito para não clientes dos bancos emissores do GBES;

Dinamização das soluções baseadas em cartões pré-pagos.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com as disposições legais e estatutárias, propõe-se que resultado líquido do exercício no montante de 9 458 662,51 euros, seja aplicado da seguinte forma (em euros):

Reserva legal	946 000,00
Distribuição de dividendos	7 845 000,00
Resultados transitados	5 662,51
Distribuição pelos colaboradores e administração até ao máximo de	662 000,00

Terminado o exercício de 2004, não podemos deixar de expressar os votos de louvor e congratularmo-nos com o trabalho desenvolvido pelo presidente da comissão executiva cessante, Rui Álvaro Faria de Oliveira, que tanto contribuiu para o desenvolvimento da actividade e consequentemente para a rendibilidade do negócio, contribuindo para que a empresa seja das mais rentáveis do GBES.

Agradecimentos

Terminado que foi mais um ano de actividade vem o conselho de administração expressar os seus agradecimentos:

Aos clientes, pela confiança e preferência com que nos distinguiram;
Ao Grupo Banco Espírito Santo pelo empenhamento e eficácia colocadas na comercialização e distribuição dos produtos;
Aos accionistas, pela confiança depositada;
Ao Banco de Portugal, por toda a colaboração prestada ao longo do exercício;
À mesa da assembleia geral, pela solidariedade dispensada;
Ao fiscal único, pelo permanente apoio e disponibilidade manifestada;
À SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços e UNICRE, Cartão Internacional de Crédito, S. A., por toda a disponibilidade sempre demonstradas;
À ES Cobranças, S. A., pelo permanente apoio e desempenho demonstrado;
Aos colaboradores da empresa, pela dedicação e voluntarismo que evidenciaram no desempenho das suas funções.

Miraflores, 17 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 652	1 652	3 025	
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	5 453 581	–	5 453 581	3 834 547
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	–	–	–	–
4 — Créditos sobre clientes				
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	–	–	–	–
a) De emissores públicos	–	–	–	–
b) De outros emissores	–	–	–	–
(Dos quais: títulos próprios)	–	–	–	–
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	–	–	–	–
7 — Participações	–	–	–	–
8 — Partes de capital em empresas coligadas	254 640	–	255 787	254 640
9 — Imobilizações incorpóreas	5 730 930	4 336 768	1 394 162	1 534 915
10 — Imobilizações corpóreas	4 342 048	2 071 948	2 270 100	2 400 731
(Das quais: imóveis)	(2 484 796)	(451 812)	(2 032 984)	(2 091 912)
11 — Capital subscrito não realizado	–	–	–	–
12 — Acções próprias	–	–	–	–
13 — Outros activos	815 864	–	815 864	321 972
14 — Contas de regularização	1 658 098	–	1 658 098	2 436 119
15 — Prejuízo do exercício	–	–	–	–
Total do activo	148 222 336	8 661 913	139 560 423	132 165 879

PASSIVO

	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito	101 848 976	95 948 976
a) À vista	–	–
b) A prazo	101 848 976	95 948 976
2 — Débitos para com clientes	–	–
a) Depósitos de poupança	–	–
b) Outros débitos	–	–
aa) Débitos à vista	–	–
bb) Débitos a prazo		
3 — Débitos representados por títulos	–	–
a) Obrigações em circulação	–	–
b) Outros	–	–
4 — Outros passivo	5 074 071	6 147 919
5 — Contas de regularização	6 157 394	6 364 727

(Em euros)

	2004	2003
6 — Provisão para riscos e encargos	3 702 141	1 799 655
a) Provisões para pensões e encargos similares	–	–
b) Outras provisões	3 702 141	1 799 655
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	448 918	2 253 970
8 — Passivos subordinados	–	–
9 — Capital subscrito	7 500 000	7 500 000
10 — Prémios de emissão	–	–
11 — Reservas	5 370 260	4 610 260
12 — Reservas de reavaliação	–	–
13 — Resultados transitados	–	2 016
14 — Lucro do exercício	9 458 663	7 538 356
Total do passivo e capitais próprios	139 560 423	132 165 879

Rubricas extrapatrimoniais

	2004	2003
1 — Passivos eventuais	–	91 515
Dos quais:		
1.1 — Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	–	–
1.2 — Cauções e activos dados em garantia	–	–
2 — Compromissos	566 428 494	576 119 872
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	–	–
3 — Activos recebidos em garantia	–	–
4 — Rendas vincendas e valores residuais	–	–

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro 2004 e 2003

DÉBITO

	2004	2003
1 — Juros e custos equiparados	3 475 360	3 656 674
2 — Comissões	69 006	39 418
3 — Prejuízos em operações financeiras	86	136
4 — Gastos gerais administrativos	11 713 631	12 331 447
4.1 — Custos com o pessoal	2 473 197	2 227 038
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(1 625 711)	(1 536 725)
(— encargos sociais)	(468 238)	(449 232)
Dos quais:		
(— com pensões)	–	–
4.2 — Outros gastos administrativos	9 240 434	10 104 409
5 — Amortizações do exercício	1 366 311	1 310 186
6 — Outros custos de exploração	6 765 075	6 320 327
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	5 450 400	6 683 011
8 — Provisões para imobilizações financeiras	–	–
9 — Resultado da actividade corrente	13 066 273	12 805 356
10 — Perdas extraordinárias	189 935	1 673 860
11 — Impostos sobre lucros	4 007 328	5 215 582
12 — Outros impostos	674 668	1 153 557
13 — Lucro do exercício	9 458 663	7 538 356
	43 170 463	45 922 554

CRÉDITO

(Em euros)

	2004	2003
1 — Juros e proveitos equiparados	14 260 508	13 606 985
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	–	–
2 — Rendimentos de títulos	–	524
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	–	–
b) Rendimento de participações	–	524
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	–	–
3 — Comissões	20 208 410	24 273 147
4 — Lucros em operações financeiras	907	1 487
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	1 857 945	1 993 934
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	–	–
7 — Outros proveitos de exploração	6 253 040	4 424 035
8 — Ganhos extraordinários	589 653	1 622 442
9 — Prejuízo do exercício	–	–
	43 179 463	45 922 554

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e das Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — VI e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre a avaliação dos activos efectuada no balanço e a avaliação de mercado.

6 — As participações financeiras detidas directamente pela sociedade à data de 31 de Dezembro de 2004, encontram-se apresentadas na nota n.º 5 às demonstrações financeiras e na parte final deste anexo.

7 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer créditos, representados ou não por títulos, sobre empresas com ligação de participação, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer créditos representados ou não por títulos, sobre empresas coligadas.

10 — O inventário da carteira de participações financeiras da sociedade consta na nota n.º 5 às demonstrações financeiras e na parte final deste anexo.

11 — Os movimentos das imobilizações, para o exercício de 2004, encontram-se detalhados nas notas n.os 6 e 7 às demonstrações financeiras.

12 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém activos subordinados.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2004, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — A decomposição das rubricas 3 e 4 do activo é apresentada na nota n.º 4 às demonstrações financeiras.

15 — Não foram efectuadas quaisquer reavaliações de imobilizações corpóreas ou financeiras no exercício ou exercícios anteriores.

16 — Os valores das rubricas registadas como imobilizado incorpóreo, estão incluídos na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, na sociedade, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos para com instituições de crédito em função do prazo residual encontra-se apresentada na nota n.º 10 às demonstrações financeiras.

19 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer débitos representados por títulos.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2004, não existem quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da sociedade, sobre empresas com as quais existia uma ligação de participação.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2004, não existem quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da sociedade, sobre empresas coligadas.

22 — Em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém passivos subordinados.

23 — Em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade tem compromissos assumidos no montante de 566 428 494 euros, conforme mencionado na nota n.º 26 às demonstrações financeiras.

24 — Os movimentos das contas de provisões da sociedade estão desenvolvidos nas notas n.os 4, 13, e 19 às demonstrações financeiras.

25 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer títulos de negociação ou investimento.

26 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer títulos de negociação ou investimento.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.os 9 e 12 às demonstrações financeiras.

28 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer títulos de negociação ou de investimento.

29 — Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não adquiriu quaisquer participações financeiras.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2004 não existiam quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.os 8 e 11 as demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos administrados pela sociedade por conta de outrém.

33 — Em 31 de Dezembro de 2004, as operações a prazo efectuadas e não vencidas, têm a sua desagregação apresentada na nota n.º 26 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço na sociedade durante o exercício de 2004, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 22 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pela sociedade aos órgãos de administração, fiscalização e direcção está expresso na nota n.º 22 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — À data de 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém quaisquer elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira.

38 — Os elementos da demonstração de resultados e do balanço foram gerados pelo negócio de banca de retalho e obtidos na sua totalidade em Portugal.

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada nas notas n.os 24 e 21 às demonstrações financeiras.

40 — Em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade não detém encargos imputados ou pagos relativos a passivos subordinados.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios está apresentada na nota n.º 25 às demonstrações financeiras.

42 — A distribuição da incidência do imposto sobre o rendimento é apresentada como segue:

(Em percentagem)

	2004
Sobre resultados correntes	97
Sobre resultados extraordinários	3

43 — As contas da sociedade são objecto de consolidação pelo método integral no Banco Espírito Santo, S. A., com sede na Avenida da Liberdade, 195, em Lisboa.

44 — A sociedade não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — A sociedade detém operações de locação financeira na óptica de locatário, à data de 31 de Dezembro de 2004, sendo analisadas nas notas n.os 7 e 11 às demonstrações financeiras.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Não existem montantes incluídos nos resultados da sociedade provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio ou que, também sejam filiais da sociedade.

48 — Não foram efectuadas operações de titularização durante o exercício de 2004.

49 — A sociedade não tem compromissos em matéria de pensões de reforma e de sobrevivência.

50 — O inventário de participações financeiras da sociedade, à data de 31 de Dezembro de 2004, encontra-se apresentado na nota n.º 5 às demonstrações financeiras e no final deste anexo.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira da sociedade.

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Inventário de títulos e participações financeiras

O inventário de títulos e participações financeiras da sociedade, à data de 31 de Dezembro de 2004, é analisado como segue:

(Em euros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Participações financeiras:					
Acções:					
E. S. Cobranças, S. A.	30 000	5	4,99	–	149 640
E. S. Contact Center — Gestão de Call Centers, S. A.	105 000	1	1,00	–	105 000
					254 640

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Activo:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1 652	3 025
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	5 453 581	3 834 547
Créditos sobre clientes	4	127 712 326	121 378 783
Participações financeiras	5	254 640	255 787
Imobilizações incorpóreas	6	1 394 162	1 534 915
Imobilizações corpóreas	7	2 270 100	2 400 731
Outros activos	8	815 864	321 972
Contas de regularização	9	1 658 098	2 436 119
Total do activo		139 560 423	132 165 879
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito	10	101 848 976	95 948 976
Outros passivos	11	5 074 071	6 147 919
Contas de regularização	12	6 157 394	6 364 727
Provisão para riscos e encargos	13	4 151 059	4 053 625
Total do passivo		117 231 500	112 515 247
Situação líquida:			
Capital	14	7 500 000	7 500 000
Reservas e resultados transitados	15 e 16	5 370 260	4 612 276
Resultado do exercício		9 458 663	7 538 356
Total da situação líquida		22 328 923	19 650 632
		139 560 423	132 165 879

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 26).

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	Notas	2004	2003
Juros e proveitos equiparados	17	14 260 508	13 606 985
Juros e custos equiparados	18	3 475 360	3 656 674
Margem financeira		10 785 148	9 950 311
Provisões para riscos de crédito	19	3 592 455	3 909 044
Margem financeira após provisões para riscos de crédito		7 192 693	6 041 267
Outros proveitos:			
Comissões	20	20 208 410	24 273 147
Rendimento de títulos		–	524
Lucros em operações financeiras	907	1 487	
Outros proveitos	21	6 842 693	6 046 477
		27 052 010	30 321 635
Outros custos:			
Comissões	20	69 006	39 418
Prejuízos em operações financeiras		86	136
Custos com o pessoal	22	2 473 197	2 227 038
Outros gastos administrativos	23	9 240 434	10 104 409
Impostos		674 668	1 153 557
Amortizações do exercício	6 e 7	1 366 311	1 310 186
Outras provisões	13	–	780 033
Outros custos	24	6 955 010	7 994 187
Resultado antes de impostos		20 778 712	23 608 964
Impostos sobre lucros		13 465 991	12 753 938
Resultado líquido do exercício	25	4 007 328	5 215 582
		9 458 663	7 538 356

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados por funções para os anos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004	2003
Margem financeira	10 785 148	9 950 311
Provisões para riscos de crédito	3 592 455	3 909 044
Margem financeira líquida	7 192 693	6 041 267
Comissões liquidas	20 139 404	24 233 729
Outros resultados de exploração líquidos	(1 186 703)	(3 049 849)
Margem de serviços	26 145 394	27 225 147
Rendimento de títulos	–	524
Resultados de operações financeiras	821	1 351
Resultado operacional antes dos custos de transformação	26 146 215	27 227 022
Custos com pessoal	2 473 197	2 227 038
Outros custos administrativos	9 240 434	10 104 409
Amortizações	1 366 311	1 310 186
Custos de transformação	13 079 942	13 641 633
Resultado operacional	13 066 273	13 585 389
Outras provisões	–	(780 033)
Outros resultados extraordinários	399 718	(51 418)
Resultados antes de impostos	13 465 991	12 753 938
Impostos sobre lucros	4 007 328	5 215 582
Resultado líquido	9 458 663	7 538 356
Resultado por acção	6,31	5,03

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	18 378 256	21 892 637
Juros, comissões e outros custos pagos	(8 465 743)	(11 887 340)
Pagamentos a fornecedores e colaboradores	(10 822 457)	(11 326 003)
Recuperação de crédito	3 270 611	3 743 577
Outros pagamentos e recebimentos	831 153	(1 184 681)
Bónus a empregados	(508 600)	(347 984)
	2 683 220	890 206
Diminuição/(aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a clientes	6 747 443	4 946 504
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	5 325 670	3 604 515
	14 756 333	9 441 225
Impostos sobre o rendimento pagos	(5 669 156)	(4 776 966)
	9 087 177	4 664 259
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Depósitos no Banco de Portugal	1 029	2 403
Receitas da alienação de imobilizado	1 616	2 595
Aquisições de imobilizado	(1 200 478)	(1 182 401)
Participações financeiras	1 118	–
Dividendos recebidos	–	491
Aumento/(diminuição) em:		
Outras contas do activo	–	94
	(1 196 715)	(1 176 818)

(Em euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Distribuição de dividendos	(6 271 772)	(3 277 597)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	1 618 690	209 844
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 835 169	3 625 325
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 453 859	3 835 169

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Mapa de alterações na situação líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	Total da situação líquida	Capital	Reserva legal	Reservas livres e resultados transitados
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	15 737 857	7 500 000	1 646 409	6 591 448
Constituição de reservas:				
Reserva legal	–	–	404 000	(404 000)
Distribuição de dividendos	(3 277 597)	–	–	(3 277 597)
Bónus a empregados	(347 984)	–	–	(347 984)
Resultado liquido do exercício de 2003	7 538 356	–	–	7 538 356
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	19 650 632	7 500 000	2 050 409	10 100 223
Constituição de reservas:				
Reserva legal	–	–	760 000	(760 000)
Distribuição de dividendos	(6 271 772)	–	–	(6 271 772)
Bónus a empregados	(508 600)	–	–	(508 600)
Resultado liquido do exercício de 2004	9 458 663	–	–	9 458 663
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	22 328 923	7 500 000	2 810 409	12 018 514

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Valores expressos em euros)

1 — Políticas contabilísticas:

1.1 — *Bases de apresentação*. — A Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., é uma sociedade privada com sede social em Oeiras, constituída por escritura pública no decurso do mês de Julho de 1991.

A sociedade tem por objecto social a prática de todas as operações permitidas por lei para as sociedades financeiras para aquisições a crédito.

As contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As demonstrações financeiras da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª directiva — n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas de bancos e outras instituições financeiras.

1.2 — R*econhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido superior a 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

1.3 — *Provisão específica para crédito concedido*. — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela sociedade, tomando em consideração o período de incumprimento.

A provisão específica assim calculada, assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro, e n.º 8/03, de 8 de Fevereiro.

1.4 — *Provisão para riscos gerais de crédito*. — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro, e n.º 8/03, de 8 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

1.5 — *Provisão para risco-país*. — A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida instrução.

1.6 — *Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos*. — Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de taxas de juro:

Os juros a receber ou a pagar em cada operação, são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

Os *swap* de taxas de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

1.7 — *Participações e partes de capital em empresas coligadas*. — Até 31 de Dezembro de 2001, os investimentos em sociedades com participação inferior a 20% do capital social e em que a sociedade não exerce influência significativa, mas que considera como investimentos estratégicos, eram contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

A constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

De acordo com o referido aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40% do valor de menos-valias que exceda os 15% do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das sociedades participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Percentagem
Sociedades financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10 por ano
Sociedades não financeiras	2002 a 2004	25 por ano
	2005	15
	2006	10

As provisões constituídas nos exercícios de 2003 e 2004 relativas a participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

1.8 — *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas incorridas com o registo de marcas da sociedade, aumento do capital da sociedade, *software* e licenças de direitos de utilização.

As amortizações referentes a despesas incorridas com o registo de marcas da sociedade, aumento do capital da sociedade e com *software* são calculadas segundo o método das quotas constantes num período de três anos a cinco anos. As amortizações referentes a despesas incorridas com licenças de direitos de utilização são calculadas de acordo com o período de tempo definido para a respectiva utilização de *software* (um ano a três anos).

1.9 — *Imobilizações corpóreas*. — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Anos
Imóveis	10 a 50
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4 a 10

1.10 — *Contratos de locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos respectivos períodos durante o prazo da locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

1.11 — *Fiscalidade*. — A sociedade está sujeita ao regime fiscal no âmbito do Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Os impostos sobre lucros são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

De acordo com a legislação portuguesa as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitos a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

1.12 — *Fluxos de caixa.* — Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos de caixa (v. nota n.º 2) e de disponibilidades à vista sobres instituições de crédito (v. nota n.º 3).

1.13 — *Distribuição de resultados pelos empregados*. — A distribuição de resultados aos empregados é objecto de relevação contabilística de forma semelhante ao pagamento de dividendos aos accionistas, na medida em que se trata, em substância, de uma transferência do direito aos dividendos por parte dos accionistas a favor dos empregados.

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Caixa	278	622
Banco de Portugal	1 374	2 403
	1 652	3 025

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Banco Internacional de Crédito, S. A.	4 233 442	3 044 789
Banco Espírito Santo dos Açores, S. A.	658 100	698 945
Banco BEST — Banco Electrónico Serviço Total, S. A.	535 082	54 482
Outras instituições de crédito	26 957	36 331
	5 453 581	3 834 547

4 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Financiamento para aquisições a crédito	125 438 905	118 009 776
Crédito sobre o estrangeiro	32 489	–
Outros créditos	1 034 954	1 975 853
	126 506 348	119 985 629
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	1 630 057	1 860 432
Mais de 90 dias	1 829 118	2 155 736
	3 459 175	4 016 168
	129 965 523	124 001 797
Provisão específica para riscos de crédito	(2 253 197)	(2 623 014)
	127 712 326	121 378 783

As rubricas de financiamento para aquisições a crédito e crédito sobre o estrangeiro são constituídas por crédito *revolving* e pelo crédito concedido no mês de Dezembro.

As rubricas de financiamento para aquisições a crédito e crédito sobre o estrangeiro, no montante de 125 438 905 euros (2003: 118 009 776 euros) e 32 489 euros, respectivamente, referem-se a um elevado número de créditos concedidos de montantes baixos. Dada a natureza do tipo de crédito concedido, considera-se que o prazo residual destas operações é de curto prazo.

A análise da rubrica de outros créditos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é analisada da seguinte forma:

	2004	2003
Até três meses	315 841	607 546
De três meses a um ano	563 426	1 253 036
De um ano até cinco anos	155 687	115 271
	1 034 954	1 975 853

A análise da rubrica de crédito sobre clientes excluindo o crédito vencido, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2004	2003
Particulares	116 537 877	111 465 199
Empresas	9 968 471	8 520 430
	126 506 348	119 985 629

A rubrica de crédito e juros vencidos refere-se a valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas.

De acordo com o tipo de cliente, a rubrica de crédito e juros vencidos refere-se na totalidade a clientes particulares.

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados, como segue:

	2004	2003
Provisão específica para crédito vencido e de cobrança duvidosa:		
Saldo em 1 de Janeiro	2 623 014	2 943 413
Provisão do exercício	5 125 528	5 484 250
Reposições	(1 646 751)	(1 673 108)
Utilização de provisões	(3 864 838)	(4 131 541)
Saldo em 31 de Dezembro	2 236 953	2 623 014
Provisão específica para risco-país:		
Provisão do exercício	16 244	–
Saldo em 31 de Dezembro	16 244	–
	2 253 197	2 623 014

A provisão específica para riscos de crédito destina-se a cobrir riscos específicos de cobrança, de acordo com as políticas contabilísticas descritas nas notas n.º 1.3 e 1.5.

Durante o exercício de 2004, a sociedade procedeu à anulação de créditos que se encontravam totalmente provisionados, pela utilização de provisões no montante de 3 864 838 euros (2003: 4 131 541 euros).

A anulação contabilística de crédito é efectuada pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponde a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica. O valor dos créditos anulados recuperados é contabilizado como proveito do exercício em que ocorre.

Os juros sobre crédito vencido são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2004, a anulação de proveitos de crédito é de 2 668 635 euros (2003: 2 558 588 euros).

5 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
E. S. Cobranças, S. A.	149 640	149 640
E. S. Contact Center — Gestão de Call Centers, S. A.	105 000	105 000
Credibom — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.	–	1 147
	254 640	255 787

A Crediflash, S. A., detém uma participação financeira de 18,75% no capital da E. S. Cobranças, S. A., relativa a 30 000 acções valorizadas ao custo de aquisição.

A Crediflash, S. A., detém também, uma participação financeira de 2,92% no capital da E. S. Contact Center — Gestão de Call Centers, S. A., relativa a 105 000 acções valorizadas ao custo de aquisição.

A 1 de Agosto de 2004, a Crediflash, S. A., alienou uma participação financeira de 0,0115% no capital da Credibom — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A., relativa a 230 acções, pelo montante de 1150 euros.

6 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Custo de aquisição:		
Despesas de estabelecimento	122 084	132 926
Software	4 487 957	3 700 803
Direitos de utilização	995 607	1 012 545
Imobilizado em curso	125 282	355 485
	5 730 930	5 201 759
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(1 163 267)	(1 062 872)
Relativas a exercícios anteriores	(3 173 501)	(2 603 972)
	(4 336 768)	(3 666 844)
	1 394 162	1 534 915

Os movimentos da rubrica de imobilizações incorpóreas, durante o ano de 2004, são analisados da seguinte forma:

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo de aquisição:					
Despesas de estabelecimento	132 926	59	(10 901)	–	122 084
Software	3 700 803	125 177	–	661 977	4 487 957
Direitos de utilização	1 012 545	465 504	(482 442)	–	995 607
Imobilizado em curso	355 485	422 704	(288)	(652 619)	125 282
	5 201 759	1 013 444	(493 631)	9 358	5 730 930
Amortizações acumuladas:					
Despesas de estabelecimento	131 788	1 082	(10 901)	–	121 969
Software	2 915 795	643 050	–	–	3 558 845
Direitos de utilização	619 261	519 135	(482 442)	–	655 954
	3 666 844	1 163 267	(493 343)	–	4 336 768

7 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Custo de aquisição:		
Imóveis	254 751	257 793
Equipamento:		
Mobiliário e material	270 707	280 543
Máquinas e ferramentas	275 909	285 561
Equipamento informático	1 085 833	1 056 139
Instalações interiores	96 218	88 620
Equipamento de transporte	84 110	126 395
Equipamento de segurança	34 538	28 464
Imobilizado em locação financeira:		
Imóveis	2 230 045	2 230 045
Imobilizado em curso	9 937	9 937
	4 342 048	4 363 497
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(203 044)	(247 314)
Relativas a exercícios anteriores	(1 868 904)	(1 715 452)
	(2 071 948)	(1 962 766)
	2 270 100	2 400 731

Os movimentos da rubrica de imobilizações corpóreas, durante o ano de 2004, são analisados da seguinte forma:

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo de aquisição:					
Imóveis	257 793	–	(3 042)	–	254 751
Equipamento:					
Mobiliário e material	280 543	1 184	(11 020)	–	270 707
Máquinas e ferramentas	285 561	1 618	(11 270)	–	275 909
Equipamento informático	1 056 139	49 415	(26 332)	6 611	1 085 833
Instalações interiores	88 620	11 830	(4 232)	–	96 218
Equipamento de transporte	126 395	–	(42 285)	–	84 110
Equipamento de segurança	28 464	6 171	(97)	–	34 538
Imobilizado em locação financeira:					
Imóveis	2 230 045	–	–	–	2 230 045
Imobilizado em curso	9 937	15 969	–	(15 969)	9 937
	4 363 497	86 187	(98 278)	(9 358)	4 342 048
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	163 469	23 120	(1 959)		184 630
Equipamento	1 566 840	145 199	(91 903)	–	1 620 136
Imobilizado em locação financeira:					
Imóveis	232 457	34 725	–	–	267 182
	1 962 766	203 044	(93 862)	–	2 071 948

8 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Suprimentos	65 467	65 467
Outros devedores	750 397	256 505
	815 864	321 972

A rubrica de suprimentos no montante de 65 467 euros (2003: 65 467 euros) refere-se a um suprimento sem remuneração realizado à E. S. Cobranças, S. A.

A rubrica de outros devedores inclui o montante de 527 553 euros referente a valores a receber do Banco Espírito Santo, S. A., relacionados com os cartões de débito emitidos e geridos pela Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., conforme mencionado na nota n.º 21.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de outros devedores inclui o montante 203 073 euros referente a custos promocionais incorridos por conta do Banco Espírito Santo, S. A.

A rubrica de outros devedores inclui ainda o montante de 148 550 euros referente a valores a receber do Banco Internacional de Crédito, S. A., relacionados com os cartões de débito emitidos e geridos pela Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., conforme mencionado na nota n.º 21.

9 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Proveitos a receber de:		
Crédito concedido	1 276 917	1 240 325
Operações de *swaps*	15 636	–
Despesas com custos diferidos	11 897	25 056
Outras contas de regularização	353 648	1 170 738
	1 658 098	2 436 119

A rubrica de proveitos a receber de operações de *swaps*, refere-se a operações de *swaps* sobre taxa de juro, para cobertura do risco de taxa de juro associada aos recursos obtidos de outras instituições de crédito pela sociedade.

A rubrica de outras contas de regularização inclui o montante de 191 287 euros (2003: 861 592 euros) referente a facturas em recepção e conferência.

A 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de outras contas de regularização incluía também o montante de 164 286 euros referente ao valor do imposto de selo sobre os cartões a receber nos diferentes períodos de liquidação.

10 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Esta rubrica é analisada como segue:		
Banco Espírito Santo, S. A.	49 348 976	49 448 976
Outras instituições financeiras	52 500 000	46 500 000
	101 848 976	95 948 976

A rubrica de débitos para com instituições de crédito, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2004	2003
Até três meses	37 348 976	54 698 976
Três meses a um ano	64 500 000	41 250 000
	101 848 976	95 948 976

11 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Banco Espírito Santo, S. A.	2 295 452	448 960
Banco Internacional de Crédito, S. A.	397 736	–
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	913 743	1 069 046
Imposto sobre o rendimento a pagar	217 350	2 433 437
Sector público administrativo	329 107	296 042
Outros credores	920 683	1 900 434
	5 074 071	6 147 919

A rubrica do Banco Espírito Santo, S. A., refere-se a custos de distribuição dos cartões a pagar ao Banco Espírito Santo, S. A., conforme referido na nota n.º 24.

A rubrica do Banco Internacional de Crédito, S. A., refere-se a custos incorridos no âmbito do contrato de associação em participação celebrado durante o exercício, conforme referido na nota n.º 24.

A rubrica de fornecedores de imobilizado em locação financeira refere-se ao valor a pagar relativo a contratos de locação financeira de imóveis conforme referido na nota n.º 7.

A análise da rubrica de fornecedores de imobilizado em locação financeira, de acordo com o prazo remanescente das operações, é analisada da seguinte forma:

	2004	2003
Até três meses	39 522	48 096
De três meses a um ano	120 515	125 930
De um ano até cinco anos	707 622	715 863
Mais de cinco anos	46 084	179 157
	913 743	1 069 046

A rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar, refere-se a imposto a pagar em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, conforme mencionado na nota n.º 25.

A rubrica de outros credores inclui o montante de 171 588 euros (2003: 888 920 euros) referente a custos com publicidade a pagar à Mediaedge pela publicação e difusão da marca em espaços publicitários.

A rubrica de outros credores inclui também o montante de 97 799 euros (2003: 241 227 euros) referente a facturas de imobilizado a pagar à SAS — Sasinst Software, L.da, pela concessão de direitos de utilização sobre *software*.

A rubrica de outros credores inclui ainda o montante de 164 175 euros (2003: 102 905 euros) referente a comissões a pagar à SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., pela utilização e produção de cartões e por transacções efectuadas na rede, conforme mencionado na nota n.º 23.

A rubrica de outros credores inclui ainda o montante de 41 503 euros relativo a comissões a pagar à E. S. Cobranças, S. A., de serviços prestados no âmbito da recuperação de créditos de clientes, conforme mencionado na nota n.º 23.

12 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Custos a pagar:		
Juros a pagar de recursos alheios	252 428	165 766
Juros a pagar de operações de *swaps*	17 694	–
Férias e subsídio de férias a pagar	277 814	268 227
Outros custos a pagar	3 813 126	4 643 334
Receitas com proveitos diferidos	1 592 606	1 143 513
Outras contas de regularização	203 726	143 887
	6 157 394	6 364 727

A rubrica de juros a pagar de recursos alheios representa os juros a pagar relativos a financiamentos referidos na nota n.º 10.

A rubrica de juros a pagar de operações de *swaps*, refere-se a operações de *swaps* sobre taxa de juro, para cobertura do risco de taxa de juro associada aos recursos obtidos de outras instituições de crédito pela sociedade.

A rubrica de outros custos a pagar inclui o montante de 1 143 095 euros (2003: 1 374 263 euros) referente a custos de reestruturação da sociedade a efectuar em exercícios seguintes, conforme mencionado na nota n.º 24.

A rubrica de outros custos a pagar inclui o montante de 567 018 euros (2003: 953 186 euros) a pagar ao Banco Espírito Santo, S. A., referente a custos de distribuição do Banco, conforme mencionado na nota n.º 24.

A rubrica de outros custos a pagar inclui também o montante de 273 060 euros (2003: 203 486 euros) a pagar ao Banco Internacional de Crédito, S. A., no âmbito do contrato de associação em participação, conforme mencionado na nota n.º 24.

Esta rubrica inclui também o montante de 39 156 euros (2003: 753 691 euros), referente a campanhas de publicidade dos cartões.

A rubrica de outros custos a pagar inclui também os montantes de 71 850 euros (2003: 86 586 euros) e 519 512 euros (2003: 338 109 euros), referentes a comissões a pagar à VISA Internacional e SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., respectivamente, decorrentes da utilização dos cartões, conforme mencionado na nota n.º 23.

A rubrica de receitas com proveitos diferidos inclui o montante de 387 456 euros (2003: 862 262 euros) referente às anuidades recebidas relativas aos cartões geridos pela sociedade.

A rubrica de receitas com proveitos diferidos inclui também o montante de 927 000 euros, relativo à comparticipação da VISA — Associação Nacional dos Operadores de Cartões de VISA nas campanhas publicitárias a realizar durante o próximo exercício.

13 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Provisão para riscos gerais de crédito	1 897 089	1 799 655
Provisão para riscos bancários gerais ...	448 918	2 253 970
Provisão para outros riscos e encargos	1 805 052	–
	4 151 059	4 053 625

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2004	2003
Saldo em 1 de Janeiro	1 799 655	1 701 753
Provisão do exercício	308 628	418 728
Reposições	(211 194)	(320 826)
Saldo em 31 de Dezembro	1 897 089	1 799 655

A provisão para riscos gerais de crédito, foi constituída no âmbito dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro, e n.º 8/3, de 8 de Fevereiro, do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.4.

Os movimentos da provisão para riscos bancários gerais são analisados como segue:

	2004	2003
Saldo em 1 de Janeiro	2 253 970	1 473 937
Provisão do exercício	–	780 033
Transferências	(1 805 052)	–
Saldo em 31 de Dezembro	448 918	2 253 970

A provisão para riscos bancários gerais foi constituída para fazer face a eventuais riscos decorrentes da actividade normal da sociedade

O movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2004	2003
Transferências	1 805 052	–
Saldo em 31 de Dezembro	1 805 052	–

14 — Capital:

O capital de 7 500 000 euros representado por 1 500 000 acções de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Em de 31 de Dezembro de 2004, a Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., é detida a 90% pelo Banco Espírito Santo, S. A., e a 10% pela Besleasing & Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A.

15 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, a sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, apresentados nas contas estatutárias devidamente aprovadas, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função dos resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, deverá ser afecto à reserva legal da sociedade o montante aproximado de 945 866 euros.

16 — Reservas e resultados transitados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Reserva legal	2 810 409	2 050 409
Reservas livres	2 559 851	2 559 851
Resultados transitados	–	2 016
	5 370 260	4 612 276

Em assembleia geral de 10 de Março de 2004, os accionistas aprovaram a distribuição de resultados pelos empregados no montante de 508 600 euros, conforme política contabilística descrita na nota n.º 1.13.

17 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica é composta por:

	2004	2003
Juros de crédito concedido	13 757 287	13 046 644
Juros de crédito vencido	293 437	450 938
Juros de operações de *swaps*	209 784	109 403
	14 260 508	13 606 985

18 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica é composta por:

	2004	2003
Juros de recursos de instituições de crédito	3 214 228	3 507 201
Juros de operações de *swaps*	228 667	107 333
Outros juros e custos equiparados	32 465	42 140
	3 475 360	3 656 674

19 — Provisões para riscos de crédito:

As provisões para riscos de crédito, líquidas de anulações e reposições, são analisadas como segue:

	2004		
	Provisões do exercício	Anulações/ reposições	Movimento líquido
Crédito vencido e de cobrança duvidosa	5 125 528	(1 646 751)	3 478 777
Risco-país	16 244	–	16 244
Riscos gerais de crédito	308 628	(211 194)	97 434
	5 450 400	(1 857 945)	3 592 455

	2003		
	Provisões do exercício	Anulações/ reposições	Movimento líquido
Crédito vencido e de cobrança duvidosa	5 484 250	(1 673 108)	3 811 142
Riscos gerais de crédito	418 728	(320 826)	97 902
	5 902 978	(1 993 934)	3 909 044

20 — Comissões:

Esta rubrica é composta por:

	2004	2003
Proveitos de comissões:		
Sobre facturação	15 301 034	14 049 439
Anuidades	4 009 555	9 820 623
Outros proveitos de comissões	897 821	403 085
	20 208 410	24 273 147
Custos de comissões:		
Resultados líquidos de comissões	(69 006)	(39 418)
	20 139 404	24 233 729

A rubrica de outros proveitos de comissões inclui o montante de 501 389 euros (2003: 403 078 euros) referente a comissões relativas a financiamento para aquisições a crédito efectuadas no estrangeiro.

21 — Outros proveitos:

Esta rubrica é composta por:

	2004	2003
Outros proveitos de exploração:		
Recuperação de crédito	3 270 611	3 743 577
Gestão de cartões de débito	2 650 711	–
Outros proveitos de exploração	331 718	680 458
	6 253 040	4 424 035
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na alienação de imobilizado	3 084	7 112
Outros ganhos extraordinários	586 569	1 615 330
	589 653	1 622 442
	6 842 693	6 046 477

A rubrica de recuperação de crédito representa os montantes relativos à recuperação de créditos, anteriormente anulados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Plano de Contas para o Sistema Bancário.

A rubrica de gestão de cartões de débito refere-se aos proveitos relacionados com a gestão de cartões de débito emitidos pelo Banco Espírito Santo, S. A., pelo Banco Internacional de Crédito, S. A., e pelo Banco Espírito Santo dos Açores, S. A., efectuada pela Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., conforme mencionado na nota n.º 8.

A 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de outros proveitos de exploração incluía o montante de 573 000 euros relativo à comparticipação da VISA — Associação Nacional dos Operadores de Cartões de VISA nas campanhas publicitárias realizadas durante o exercício.

A rubrica de outros ganhos extraordinários inclui o montante de 23 116 euros (2003: 374 647 euros) relativo ao excesso de estimativa, constituído no exercício anterior, para custos com a VISA — Associação Nacional dos Operadores de Cartões de VISA.

A rubrica de outros ganhos extraordinários inclui também o montante de 294 364 euros (2003: 216 413 euros) relativo ao excesso de estimativa de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas constituída no exercício anterior.

A 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de outros ganhos extraordinários incluía ainda o montante de 220 813 euros relativo a excesso de estimativa de custos de distribuição dos cartões incorridos com o Banco Espírito Santo, S. A., constituída no exercício anterior.

22 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica é composta por:

	2004	2003
Remunerações	1 625 711	1 536 725
Encargos sociais obrigatórios	468 238	449 232
Outros encargos	379 248	241 081
	2 473 197	2 227 038

O valor total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração, fiscalização e direcção, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, registado na rubrica de remunerações, foi de 802 557 euros (2003: 652 573 euros).

O quadro de trabalhadores ao serviço da sociedade distribuído por grandes categorias profissionais, pode ser analisado como segue:

	2004	2003
Funções:		
Directivas	6	6
Chefia	2	2
Técnicas	22	21
Específicas	8	8
Administrativas	35	35
	73	72

23 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica é composta por:

	2004	2003
Água, energia e combustíveis	27 636	22 290
Impressos e material de consumo corrente	229 379	279 595
Outros fornecimentos de terceiros	4 610	9 796
Rendas e alugueres	66 506	57 567
Comunicação e despesas de expedição	1 191 460	1 246 110
Deslocações, estadas e representação	151 707	168 995
Publicidade	1 479 646	2 030 538
Custos com trabalho independente	156 125	193 270
Seguros	2 657 103	2 416 152
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	50 140	87 594
Serviços especializados	3 193 653	3 550 857
Outros serviços de terceiros	32 469	41 645
	9 240 434	10 104 409

A rubrica de seguros inclui o valor de 2 634 906 euros (2003: 2 392 475 euros) referente a seguros associados aos cartões emitidos.

A rubrica de serviços especializados inclui o montante de 1 583 112 euros (2003: 1 728 138 euros) referente a serviços prestados pela SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., conforme mencionado nas notas n.os 11 e 12.

A rubrica de serviços especializados inclui ainda o montante de 663 828 euros (2003: 616 280 euros) referente a serviços prestados pela VISA Internacional, conforme mencionado na nota n.º 12.

A rubrica de serviços especializados inclui também o montante de 385 750 euros (2003: 581 041 euros), referente a custos incorridos

com a E. S. Cobranças, S. A., por serviços prestados no âmbito da recuperação de créditos de clientes, conforme mencionado na nota n.º 11.

24 — Outros custos:

Esta rubrica é composta por:

	2004	2003
Outros custos de exploração:		
Custos de distribuição	5 373 877	5 069 746
Quotizações e donativos	125 126	133 479
Outros custos de exploração	1 266 072	1 117 102
	6 765 075	6 320 327
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na alienação de imobilizado	2 722	–
Outras perdas extraordinárias	187 213	1 673 860
	189 935	1 673 860
	6 955 010	7 994 187

A rubrica de custos de distribuição no montante de 5 373 877 euros (2003: 5 069 746 euros) refere-se a custos de distribuição dos cartões incorridos com o Banco Espírito Santo, S. A., conforme mencionado nas notas n.os 11 e 12.

A rubrica de outros custos de exploração inclui o montante de 806 532 euros (2003: 796 289 euros) referente a custos incorridos com o Banco Internacional de Crédito, S. A., no âmbito do contrato de associação em participação, conforme mencionado nas notas n.os 11 e 12.

A rubrica de outros custos de exploração inclui também o montante de 141 083 euros (2003: 3036 euros) referente a custos incorridos no âmbito do contrato de associação em participação celebrado com o Banco BEST — Banco Electrónico Serviço Total, S. A.

A rubrica de outras perdas extraordinárias inclui o montante de 50 000 euros (2003: 1 374 263 euros) referente a custos de reestruturação da sociedade a efectuar em exercícios seguintes, conforme mencionado na nota n.º 12.

25 — Impostos sobre lucros:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

Carga fiscal imputada (dotações):	
Exercício de 2002	3 826 000
Exercício de 2003	5 215 582
Exercício de 2004	4 007 328
Carga fiscal paga:	
Exercício de 2002	1 616 897
Exercício de 2003	2 782 145
Exercício de 2004	3 789 978
Diferença:	
Exercício de 2004	217 350

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se registada em outros passivos na rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar, conforme mencionado na nota n.º 11.

A provisão para impostos sobre os lucros foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

26 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2004	2003
Garantias e avales prestados	–	91 515
Compromissos perante terceiros	566 428 494	576 119 872
Compromissos assumidos por terceiros	55 614 960	73 640 840
Operações de taxa de juro:		
Caps e floors de taxa de juro cobertura	69 800 000	69 800 000
Swaps de taxa de juro cobertura	10 000 000	10 000 000
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	11 878 238	10 416 649
Juros e despesas de crédito vencido anulados	2 668 635	2 558 588

27 — Transacções com empresas do Grupo:

Os saldos e transacções mais significativas com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

O Conselho de Administração: *Jorge Alberto Carvalho Martins*, presidente — *Jean Luc Louis Marie Guinoiseau*, vice-presidente — *João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto*, vice-presidente — *Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues*, presidente da comissão executiva — *Maria Cristina Santos P. P. Sequeira Paula de Carvalho*, vogal executiva — *Tiago Prata Cerqueira Sopas*, vogal executivo — *Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira*, vogal — *Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão*, vogal — *Luís Filipe Sampaio Cervantes*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 139 560 milhares de euros e um total de capitais próprios de 22 329 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7538 milhares de euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal pelo sector bancário.

Lisboa, 3 de Março de 2005. — Rui Ascenção & Esteves Afonso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Esteves Afonso*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

O fiscal único da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., vem submeter a VV. Ex.as, nos termos legais, o relatório e parecer sobre o relatório de gestão e demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2004.

No âmbito das nossas funções, examinámos o relatório de gestão e as demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2004, e emitimos nesta data a certificação legal das contas e relatório de auditoria.

Em conformidade com o conteúdo da certificação legal das contas do exercício somos de parecer:

a) Que seja aprovado o relatório de gestão e as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2004;
b) Que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante no relatório de gestão;
c) Que seja aprovado um voto de louvor ao conselho de administração pela dedicação e empenho demonstrados na gestão da Crediflash.

Lisboa, 3 de Março de 2005. — O Fiscal Único, *Luís Esteves Afonso*, em representação de Rui Ascenção & Esteves Afonso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A.

Relatório dos auditores

Examinámos o balanço da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, bem como a demonstração de resultados, alterações na situação líquida e dos fluxos de caixa, relativas aos exercícios findos naquelas datas, bem como as notas explicativas e o respectivo anexo. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das referidas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referente aos exercícios findos nessas datas, de acordo cornos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2005. — Os Auditores, *KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A.*

Acta n.º 25 da assembleia geral

Aos 28 dias do mês de Março de 2005, pelas 17 horas, reuniu em Lisboa, na Avenida da Liberdade, 195, 15.º, a assembleia geral anual da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Discutir e deliberar, aprovando, rejeitando ou modificando sobre o relatório de gestão, o balanço e os restantes documentos de prestação de contas, relativo ao exercício de 2004;
2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
4 — Proceder à eleição dos órgãos sociais para o biénio 2005-2006.

Considerando a respectiva ordem de trabalhos estiveram ainda presentes nesta assembleia geral a maioria dos membros do conselho de administração e o fiscal único da sociedade.

Os trabalhos desta assembleia geral universal foram conduzidos por Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, na qualidade de presidente da mesa da assembleia geral, tendo sido secretariado por Madalena Mantas Moura.

Antes de iniciados os trabalhos, e depois de verificar a conformidade das cartas mandadeiras, que rubricou, o presidente da mesa da assembleia geral declarou que face à expressa manifestação de vontade, de todos os accionistas da sociedade, em se constituírem em assembleia geral universal, e aos poderes em que os respectivos representantes estão investidos, está a presente reunião apta a constituir-se em assembleia geral universal ao abrigo da faculdade que àqueles a lei expressamente confere no número um do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, e de deliberar sobre todos os assuntos constantes da respectiva ordem de trabalhos, estando dispensados os formalismos atinentes à sua prévia convocação.

Após esta intervenção, o presidente da mesa da assembleia geral declarou iniciados os trabalhos tendo perguntado se alguém, entre os presentes, pretendia usar da palavra, a fim de comentar o relatório de gestão, o balanço e as contas da sociedade relativas ao exercício de 2004, referindo, ainda, que relativamente ao ponto 1.º da supracitada ordem de trabalhos se encontrava na mesa, uma proposta, formulada pelo conselho de administração da sociedade, cujo teor se transcreve:

Proposta de discussão e aprovação do relatório e contas relativo ao exercício de 2004:

O conselho de administração da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., propõe que seja aprovado o relatório de gestão, o balanço, as contas e a demonstração dos resultados da sociedade, bem como os restantes documentos de prestação de contas anexos, relativos ao exercício de 2004.

O presidente da mesa da assembleia geral sugeriu, ainda, que conjuntamente com este ponto fosse apreciada a proposta de aplicação de resultados já que esta faz parte do relatório em apreciação, sugestão com que todos os accionistas concordaram e cuja proposta a seguir se transcreve:

Proposta de aplicação de resultados e contas relativo ao exercício de 2004:

O conselho de administração da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., propõe, nos termos e para os efeitos da alínea *b*) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o respectivo relatório de gestão, que o montante de 9 458 662,51 euros, resultado líquido da sociedade, tenha a seguinte aplicação:

Reserva legal	946 000,00
Dividendos	7 845 000,00
Resultados transitados	5 662,51
Distribuição pelos colaboradores e administração até ao máximo	662 000,00

De seguida e como ninguém tivesse querido usar da palavra, pôs à votação o relatório de gestão, as contas, o balanço e a demonstração dos resultados da sociedade, relativos ao exercício de 2004, os quais foram aprovados por unanimidade de votos de todos os accionistas.

Após esta votação, o presidente da mesa da assembleia pôs à votação a proposta de aplicação de resultados referente ao exercício de 2004, a qual foi por estes aprovada por unanimidade de votos.

Entrou-se, de seguida, na apreciação da proposta constante do ponto 3.º da ordem de trabalhos, apresentada pelo accionista Banco Espírito Santo, S. A., cujo teor se transcreve:

Apreciação geral da administração e fiscalização sociedade:

Considerando a forma empenhada e eficaz como o conselho de administração e o fiscal único desempenharam as funções que a lei e o contrato da sociedade lhes atribuem, propomos que seja aprovado um voto de confiança e de louvor aos órgãos da administração e fiscalização da sociedade, sendo estes extensivos a todos os membros que compõem aqueles órgãos sociais.

Posta à votação foi esta proposta aprovada por unanimidade de votos de todos os accionistas presentes e representados.

Passou-se finalmente ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, tendo o presidente da mesa lido uma proposta apresentada pelo Banco Espírito Santo, S. A., que se transcreve:

Proposta para a eleição dos órgãos sociais para o biénio 2005-2006 da Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.:

Considerando que os actuais membros dos órgãos sociais da sociedade Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., terminaram o seu mandato em 31 de Dezembro de 2004, propomos que sejam designadas as pessoas abaixo indicadas para exercerem as respectivas funções na sociedade no biénio 2005-2006:

Conselho de administração:

Presidente: Jorge Alberto Carvalho Martins.
Vice-presidentes:

Jean Luc Louis Marie Guinoiseau.
João Manuel Ribeiro da Fonseca Calixto.

Vogais:

Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues.
Maria Cristina Santos Patrício Palma Sequeira Paula de Carvalho.
Tiago Prata Cerqueira Sopas.
Rui Álvaro Barbosa Faria de Oliveira.
Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão.
Luís Filipe Sampaio Cervantes.

Fiscal único efectivo: Rui Ascenção & Esteves Afonso — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Esteves Afonso, revisor oficial de contas.

Fiscal único suplente: Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Maria Ribeiro da Cunha.

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa Silveira.
Secretária: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

A referida proposta foi discutida e aprovada por unanimidade de votos de todos os accionistas.

E como mais ninguém tivesse querido usar da palavra, e nada mais houvesse a deliberar, o presidente da mesa deu por encerrada a presente assembleia geral universal, tendo da mesma sido elaborada a presente acta que vai ser assinada por ele e pela secretária da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Rui Silveira,* presidente — *Madalena Mantas*, secretária. 2012294626

TDF — SGFII, S. A.

Relatório n.º 11-H/2007

Sede social: Edifício 2, Lagoas Park, 2740-244 Porto Salvo.
Capital social: 1 500 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502820772.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) sob o n.º 15 553.

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

O mercado imobiliário de arrendamento e ocupação registou em 2006 alguma melhoria, o que proporcionou boas condições para o desenvolvimento da actividade dos fundos imobiliários.

A alteração significativa do regime fiscal aplicável aos fundos fechados de subscrição particular, constitui uma condicionante ao desenvolvimento da actividade da sociedade gestora.

2 — Actividade

Ao exercício de 2006 correspondeu a período de continuidade em que não ocorreram alterações estruturais nos Fundos TDF e Imorenda.

Quanto ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF, há a assinalar:

O volume global de alienações de imóveis ascendeu a 7 328 718,80 euros, com a realização da mais-valia global de 2 418 436,42 de euros;

Continuação das obras de construção de dois edifícios no empreendimento Fórum Oeiras e dinamização da comercialização dos edifícios concluídos;

Continuação das obras de construção das infra-estruturas e conclusão das caves de estacionamentos dos edifícios no Vila Park;

Continuação da comercialização do edifício sito em Queijas, denominado Terraços do Moinho;

Início da comercialização do prédio na Avenida Luís Bívar, em Lisboa;

A aquisição de diversos lotes de terreno para construção sitos em Paço de Arcos, em Oeiras, no valor de 1762 milhares de euros;

Aquisição de diversas fracções no empreendimento denominado Green Park, em Lisboa, no valor de 834,5 milhares de euros;

Aquisição de diversas fracções nos lotes 27 e 29 de Polima, em São Domingos de Rana, no valor de 375 milhares de euros;

Aquisição de diversas fracções no empreendimento denominado Belas Artes, em Lisboa, no valor de 580,3 milhares de euros;

A tramitação de diversos projectos de desenvolvimento imobiliário para os imóveis em carteira, nomeadamente Vila Simões, Praça de Touros de Cascais e Galhardas.

Quanto à gestão do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imorenda, para além da distribuição aos participantes de rendimentos referentes ao exercício em apreço de 7 545 882,81 euros, correspondentes a 0,1433 euros por unidade de participação, deve realçar-se o volume global de alienações de valores imobiliários, que alcançou 8623,6 milhares de euros.

Foi realizada no dia 2 de Novembro de 2006 a assembleia de participantes que deliberou a prorrogação do Fundo por mais 10 anos, a sujeição do Fundo ao regime previsto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 60/2002, de 20 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2005, de 7 de Janeiro, bem como a transferência da gestão do Fundo para a Millennium BCP — Gestão de Fundos de Investimento, S. A., situação devidamente autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 15 de Dezembro de 2006 e que foi concretizada em 15 de Fevereiro de 2007.

Quanto à gestão do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Renda Predial realizou-se, conforme o previsto, a transferência da sua Gestão para a Sociedade Gestora Millennium BCP — Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., em 15 de Março de 2006.

3 — Análise económica e financeira

Os proveitos atingiram 1 404 331,55 euros, sendo quase totalmente provenientes de comissões que representam 92% daquele valor, bem como, em verba marginal, depósitos bancários em instituições de crédito e ganhos extraordinários.

Os custos, no montante de 1 189 024,60 euros, referem-se essencialmente a gastos gerais administrativos e custos com o pessoal.

No presente exercício, em virtude da transferência da gestão do fundo renda predial, os proveitos operacionais decresceram no montante de 593 947,61 euros, reflectindo-se no decréscimo do resultado líquido em 467 532,13 euros.

O activo líquido da sociedade fixou-se em 2 420 419,65 euros, com a situação líquida em 2 112 361,23 milhares de euros, tendo o resultado de exploração atingido o valor de 215 306,95 euros.

4 — Perspectivas para 2007

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, a sociedade gestora procederá a reavaliação dos imóveis que compõem o património dos fundos e, em defesa dos interesses dos detentores das unidades de participação, continuará a valorizar tais activos de forma prudente e adequada à conjuntura, em estreita colaboração com os peritos avaliadores.

Para o Fundo TDF continuará o desenvolvimento dos empreendimentos em carteira e o seguimento das obras de construção do Fórum Oeiras e Vila Park, bem como a comercialização do Fórum Oeiras, Terraços do Moinho, Luís Bívar e Abrunheira Park.